


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA
Processo nº: **0002553-25.2010.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Comum - Contratos Bancários**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

Cooperativa de Economia de Crédito Mútuo dos Dentistas e Demais Profissionais da Saude propõe ação de cobrança contra **Arlindo Pedro Arabe e Maudi Antonia Ferreira Arabe** sustentando que os réus encontram-se inadimplentes em relação à operação bancária de concessão de crédito, referente ao contrato nº 2009000427. Requereu a condenação dos réus ao pagamento de R\$ 4.034,13 devidamente corrigidos.

Juntou documentos.

Os réus foram citados por edital (fls. 133)

A Defensoria Pública, atuando como Curador Especial, contestou por negativa geral, mas requereu a busca de novos endereços e, localizado novo endereço, expediu-se Carta Precatória, que não foi distribuída pelo autor.

O feito foi extinto sem julgamento do mérito (fls. 177/178).

Após o processamento do recurso, a sentença foi anulada (fls. 200/205)

Novas diligências foram empreendidas sendo todas com resultado negativo.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

A corré Maudi contratou abertura de crédito, tendo o corréu Pedro comparecido na qualidade de avalista (fls. 27/33).

O extrato de fls. 36 demonstra que houve a liberação, pela instituição financeira autora, na conta corrente de Maudi Antonia Ferreira Arabe, do valor de R\$ 3.500,00 na data de 05 de março de 2009, por força de um financiamento que deveria ser pago em 48


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

parcelas mensais, debitadas em sua conta. As 03 primeiras parcelas foram regularmente liquidadas, mediante débito na referida conta, como consta no demonstrativo de fls. 36/37, informação esta confirmada pelos lançamentos nos extratos, sempre com a rubrica "Liq.Parc Empréstimo" e identificados, ainda, pelo número do contrato.

Nos meses seguintes já não mais havia em sua conta saldo bancário suficiente para os lançamentos.

O autor comprovou o fato constitutivo de seu direito, impondo-se, consequentemente, a procedência desta ação.

Ante o exposto, julgo procedente a ação e condeno os réus ao pagamento de R\$ 4.034,13, com atualização monetária pela tabela do TJSP desde a propositura da ação e juros moratórios de 1% ao mês, desde a citação que se efetivou em 18/03/2013 (fls. 133). Condeno-os, ainda, em honorários advocatícios, arbitrados em 10% sobre o valor da condenação. Transitada em julgado, e considerando a implantação do processo digital trouxe consigo novo procedimento para a fase processual de cumprimento de sentença dos títulos judiciais (Art. 515, do Código de Processo Civil), cumprindo ainda com o disposto no art. 917 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (NSCGJ), deverá o advogado da parte exequente, visando dar início à referida fase processual, ingressar no serviço de peticionamento eletrônico de 1º grau, disponibilizado no portal do **e-Saj** e, através da opção "**Petição Intermediária de 1º Grau**", após digitar o número do processo principal, selecionar o item "**Execução de Sentença**" no campo "**CATEGORIA**" e, em "**TIPO DA PETIÇÃO**", indicar a opção "**156-Cumprimento de Sentença**". Na tela seguinte deverá informar os nomes das partes que irão compor os seus polos respectivos (exequente e executado), atentando-se para quando ocorrer a inversão destes em relação ao processo principal (caso de procedência de pedido contraposto, por exemplo). Esse procedimento dará ensejo à criação, pelo sistema SAJ, do **Cumprimento de Sentença** propriamente dito e que receberá numeração própria. A partir daí, todo peticionamento a esse propósito deverá ser obrigatoriamente direcionado ao "**Cumprimento de Sentença**", que somente poderá ser acessado através da "**Petição Intermediária de 1º Grau**", na janela que se abrirá no portal do **e-Saj**, após a digitação do número do processo principal e deverá ser sempre na modalidade de "Petições Diversas", no campo "Categoria", e não

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

mais nos autos principais, cuja fase se encerrou com a formação do título judicial (e-Saj/Peticionamento Eletrônico 1º Grau/Petição Intermediária 1º Grau/**Selecionar Processo** (Cumprimento de Sentença)/**Categoria (Petições Diversas)**, e também não mais "Execução de Sentença", eis que já criado o referido incidente).

P.I.

São Carlos, 24 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**